

Unidos no Privilégio

- 1 DEZ 1985

EM contraste com o natural calor dos aplausos da maioria governista ao pacote fiscal e às medidas distributivistas do Planalto, as bancadas de oposição no Congresso guardaram algumas horas de discrição. Nada tendo a ganhar, em termos eleitorais, com a aprovação dos programas, deixaram para mais tarde a sua opinião. Num ponto, porém, todos se sentiram desde o primeiro momento aliviados e satisfeitos — o Governo fez-lhes o favor de deixar intactos os seus privilégios diante do leão da receita, evitando-lhes assim o desconforto de tomar a iniciativa de mantê-los.

Aparências à parte, todas as classes sociais são chamadas pelo Governo a contribuir um pouco mais — diretamente ou sob a forma do tributo inflacionário — para cobrir o déficit provocado pelo peso exagerado e a inamovível deficiência da máquina administrativa. Todos, menos os próprios deputados e senadores, sempre lépidos em sua disposição de penalizar os que trabalham e produzem. Juntamente com os magistrados e os militares, continuarão a ter a maior parte dos seus vencimentos a salvo da incidência do imposto de renda.

O PMDB, que se construiu como partido inscrevendo em sua bandeira a luta contra os privilégios, escusa-se de rejeitar essa distinção aos seus parlamentares. Pelo contrário, defende-a com fisiológico fervor, sem se preocupar com o fato de que a isenção significa, na prática, reduzir os brasileiros que pagam o imposto corretamente à condição de cidadãos de

segunda classe. A única vez que abriu a boca para falar do escândalo dos jetons, através de uma cadeia nacional de rádio e televisão, o Sr Ulisses Guimarães o fez para defender o direito de esquivar-se, com seus pares, de um dever que prescreve para o resto da nação.

Não seria de esperar, portanto, que fosse mudar de atitude às vésperas de um novo ano eleitoral e no embalo do sonho com a Presidência da República. Mas e a oposição? Que têm a dizer os seus representantes mais comprometidos com a retórica do combate às desigualdades? Uma vez embaixo das cúpulas do Congresso, apaga-se de suas memórias o fato de que a transformação da parte fixa dos seus vencimentos em variável livre de imposto integra aquilo que chamam de “entulho” do regime anterior. E que foi por conveniência do autoritarismo que o privilégio estendeu-se aos tribunais e quartéis.

Enquanto engordam os próprios contracheques, os políticos tentam apaziguar a opinião pública apontando maliciosamente para a Constituinte como o instrumento mágico que, afinal, tornará todos os brasileiros iguais perante a lei. Guarde-se o contribuinte de alimentar ilusões a esse respeito. Para a Constituinte irão, em boa parte, os que hoje se beneficiam da exceção. E terminada a tarefa de redigir a nova carta, seus mandatos se tornarão congressuais. Por que iriam eles abrir mão da vantagem que para si mesmos criaram e vêm mantendo apesar da grita geral dos cidadãos?